



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Presidência da República:

Decreto-Lei n.º 1/2009

Altera alguns artigos do Código de Processo Civil.

Decreto-Lei n.º 2/2009

Altera alguns artigos do Código Comercial.

Decreto-Lei n.º 3/2009

Cria o Serviço Nacional de Salvação Pública, abreviadamente designado por SENSAP.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto-Lei n.º 1/2009

de 24 de Abril

A aprovação de um novo regime de organização judiciária no país traz implicações importantes no direito processual, designadamente no regime da competência, das alçadas e dos recursos, considerando igualmente a introdução dos tribunais superiores de recurso, instâncias intermédias entre os tribunais judiciais de província e o Tribunal Supremo.

Nas alterações introduzidas no Código de Processo Civil pelo Decreto-Lei n.º 1/2005, de 27 de Dezembro, foram detectados lapsos e omissões que importa corrigir.

Nesta conformidade, ao abrigo da alínea d) do n.º 1, do artigo 204 da Constituição de República e do artigo 1 da Lei n.º 9/2008, de 25 de Novembro, o Conselho de Ministros determina o seguinte:

ARTIGO I

Alterações ao Código de Processo Civil

Os artigos 2.º, 17.º, 32.º, 43.º, 60.º, 65.º, 68.º, 70.º, 72.º, 76.º, 82.º, 86.º, 90.º, 91.º, 93.º, 107.º, 111.º, 116.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 130.º, 131.º, 167.º, 176.º, 177.º, 180.º, 188.º, 207.º, 220.º,

223.º, 225.º, 262.º, 273.º, 312.º, 334.º, 411.º, 425.º, 462.º, 463.º, 465.º, 474.º, 488.º, 502.º, 505.º, 508.º, 509.º, 510.º, 511.º, 512.º, 513.º, 590.º, 592.º, 599.º, 609.º, 610.º, 623.º, 629.º, 638.º, 643.º, 644.º, 650.º, 653.º, 676.º, 678.º, 688.º, 692.º, 698.º, 707.º, 712.º, 718.º, 719.º, 782.º, 791.º, 811.º, 834.º, 835.º, 841.º, 848.º, 854.º, 860.º, 861.º, 887.º, 888.º, 904.º, 924.º, 928.º, 950.º, 972.º, 980.º, 992.º, 1024.º, 1081.º, 1086.º, 1089.º, 1091.º, 1096.º, 1106.º, 1330.º, 1332.º, 1350.º, 1396.º, 1411.º, 1446.º, 1494.º e 1507.º todos do Código de Processo Civil na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 1/2005, de 27 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

(Garantia de acesso à justiça)

1. A protecção jurídica através dos tribunais implica o direito de, em prazo razoável, obter ou fazer executar uma decisão judicial com força de caso julgado.
2. ...

ARTIGO 17.º

(Capacidade judiciária dos cônjuges)

Os cônjuges dispõem de igual capacidade judiciária, sem prejuízo do disposto nas disposições deste Código.

ARTIGO 32.º

(Constituição obrigatória de advogado)

1. ...
2. ...
3. ...
4. Quando não haja advogado na área de jurisdição do tribunal da causa, o patrocínio pode ser exercido por advogado estagiário, técnico ou assistente jurídico.

ARTIGO 43.º

(Nomeação oficiosa de mandatário)

1. Se a parte não encontrar quem aceite voluntariamente o seu patrocínio, pode dirigir-se à Ordem dos Advogados ou à respectiva delegação para que lhe nomeiem mandatário.
2. ...
3. Em caso de conflito entre entidades, pessoas ou interesse que o Ministério Público deva representar, o Procurador - Geral da República solicita à Ordem dos Advogados a indicação de um advogado para representar uma das partes.

obrigação e especifique se as prestações devem corresponder ao de um contrato típico, aplicando-se nesse caso a regulamentação legal própria desse tipo de contrato.

2. Se as prestações estipuladas forem não pecuniárias, o direito da sociedade é intransmissível.
3. Se se convencionar a onerosidade, a contraprestação pode ser paga independentemente da existência de lucros de exercício.
4. A falta de cumprimento das obrigações acessórias não afecta a situação do sócio como tal, salvo disposição em contrário.
5. As obrigações acessórias extinguem-se com a dissolução da sociedade.

ARTIGO 359A

(Acções nominativas registadas)

1. No Livro de Registo de Acções Nominativas ou em instrumento de controlo que o substitua, conforme instrução da Conservatória do Registo de Entidades Legais, em cada página, haverá a individualização dos titulares das acções nominativas registadas, com a indicação do nome, número, série e data da subscrição das acções e indicação dos valores e forma de realização destas.
2. As acções nominativas registadas são transmitidas, mediante termos de cessão lavrados no Livro de Transferência de Acções Nominativas ou em instrumento de controlo que o substitua, conforme instrução da Conservatória do Registo de Entidades Legais, com a indicação precisa das operações realizadas com essa categoria de acções, os quais devem ser assinados pelos accionistas cedentes e cessionários.

ARTIGO 373A

(Direitos conferidos pelas acções preferenciais)

1. As acções preferenciais conferem aos seus titulares os seguintes direitos:

- a) Todos os direitos incorporados nas acções ordinárias;
 - b) O direito a um dividendo prioritário, não inferior a dez por cento do valor nominal e a definir na deliberação de emissão;
 - c) O direito ao reembolso prioritário do seu valor nominal na partilha do saldo de liquidação.
2. Havendo lucros repartíveis, a Assembleia Geral deve distribuir pelo menos o dividendo prioritário ou, se aqueles forem insuficientes, deve repartir os lucros distribuídos proporcionalmente aos titulares das acções preferenciais.
 3. Se o dividendo prioritário não puder ser pago durante dois exercícios consecutivos, os detentores das acções preferenciais têm direito a que as suas acções sejam convertidas, por sua solicitação escrita, em acções ordinárias.
 4. Havendo várias categorias de acções ordinárias o accionista deve indicar, no seu requerimento, a categoria em que as suas acções devem ser convertidas.

ARTIGO 373B

(Remição de acções preferenciais)

1. As acções preferenciais só podem ser remidas depois de integralmente realizadas e se, por efeito do pagamento do valor da remição e do prémio de remição, se houver lugar a este, a situação líquida da sociedade não se tomar inferior à soma do capital social e da reserva

legal:

2. A remição é feita pelo valor nominal das acções o que pode acrescer, se o contrato social o permitir, um prémio de emissão, em montante fixado na deliberação de emissão.
3. A remissão pode efectivar-se em data certa ou a determinar pela administração, mas que não diste mais de dez anos da data de emissão dessas acções.
4. A remição de acções não importa redução do capital, nem prejudica a possibilidade de, por deliberação da Assembleia Geral, serem emitidas novas acções preferenciais, em substituição das acções remidas, para alienação a sócios ou terceiros.
5. A deliberação de remição de acções está sujeita a registo e publicação.

ARTIGO 373C

(Remição: sanções para o incumprimento da sociedade)

O contrato social pode estabelecer sanções para o incumprimento pela sociedade da obrigação de remir as acções preferenciais na data fixada pela administração.»

ARTIGO 3

(Entrada em vigor)

O presente Decreto-Lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 3 de Março de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República. — ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

Decreto-Lei n.º 3/2009

de 24 de Abril

Havendo necessidade de criar o Serviço Nacional de Salvação Pública ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 204, da Constituição da República e do artigo 1 da Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, o Conselho de Ministros determina:

ARTIGO 1

(Criação)

É criado o Serviço Nacional de Salvação Pública, abreviadamente designado por SENSAP.

ARTIGO 2

(Natureza)

O SENSAP é um organismo público de natureza paramilitar, subordinada ao Ministério do Interior.

ARTIGO 3

(Âmbito)

O SENSAP tem como âmbito de actuação todo o território nacional.

ARTIGO 4

(Objectivos)

O SENSAP tem como objectivos:

- a) A prevenção de riscos, o combate a incêndios e o socorro e salvamento de pessoas e bens em caso de acidente e calamidades;

- b) A realização de actividade inspectivas, fiscalizadora, coordenadora e reguladora em matéria de salvação pública;
- c) Fomentar o espírito de voluntariado, com vista à participação das populações na prevenção, segurança e combate aos incêndios e outras formas de socorro confiados aos corpos de bombeiros.

ARTIGO 5

(Competências)

1. Constituem competências genéricas:

- a) Orientar, coordenar e fiscalizar as actividades de prevenção e serviço de socorro e combate a incêndios exercidas pelos corpos dos bombeiros;
- b) Assegurar a articulação dos corpos de bombeiros, em caso de emergência, com outras entidades de protecção civil;
- c) Fomentar o espírito de voluntariado, com vista à participação das populações na prevenção, segurança e combate aos incêndios e outras formas de socorro confiados aos corpos de bombeiros.

2. São competências específicas do SENSAP:

- a) Realizar actividades preventivas e interventivas no âmbito de salvação pública;
- b) Promover o estudo, normalização e aplicação das técnicas de prevenção e socorro mais conformes com a evolução dos riscos;
- c) Promover ou colaborar na análise e estudo dos riscos, bem como na elaboração de regulamentos de segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros, emitir pareceres e exercer a acção fiscalizadora prevista nesses regulamentos;
- d) Incentivar e apoiar tecnicamente a criação de bombeiros municipais, privativas e voluntários
- e) Dar parecer sobre a criação e constituição dos corpos de bombeiros;
- f) Assegurar a realização de acções de formação, capacitação e aperfeiçoamento operacional com vista a melhorar continuamente os conhecimentos técnicos do pessoal dos corpos de bombeiros;
- g) Exercer a acção tutelar sobre os corpos de bombeiros, nomeadamente, zelando para que obedeçam as leis e regulamentos em vigor;
- h) Assegurar o exercício de actividades de formação cívica dos cidadãos, no domínio da prevenção contra os riscos de incêndios e outros acidentes;
- i) Colaborar com os outros organismos e entidades em matéria relacionada com a acção dos corpos de bombeiros;
- j) Estabelecer relações de cooperação com entidades nacionais e estrangeiras em matéria relacionada com a actividade do serviço de bombeiros;
- k) Prosseguir as demais atribuições que lhe sejam confiadas por lei.

ARTIGO 6

(Organização)

1. O SENSAP organiza-se sob forma de Comando Nacional.
2. A nível local, o SENSAP organiza-se em Comandos Provinciais e Distritais e Quartéis.

ARTIGO 7

(Direcção)

O SENSAP é dirigido por um Comandante nomeado pelo Ministro do Interior.

ARTIGO 8

(Regime do efectivo)

O efectivo do SENSAP rege-se pelas normas específicas, em estrita obediência ao princípio da unidade de comando e, supletivamente, pelo Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

ARTIGO 9

(Carácter dos serviços)

1. Os serviços prestados pelo SENSAP que sejam de interesse público, são gratuitos.

2. O SENSAP pode prestar outros serviços a título oneroso quando requisitados pelos interessados.

3. Os serviços de interesse particular, afins à segurança contra incêndios e outros riscos, nos termos a regulamentar por diploma conjunto dos Ministros do Interior, da Administração Estatal e das Finanças, são de carácter oneroso.

ARTIGO 10

(Uniforme e distintivos)

O efectivo do SENSAP usa uniforme, emblema e distintivos que identifiquem a patente ou posto e especialidade nos termos a regulamentar.

ARTIGO 11

(Estensão e criação dos serviços de protecção)

1. Nos centros urbanos em que o desenvolvimento económico e social o justifique devem ser instaladas unidades de bombeiros.

2. Nas empresas estratégicas devem ser criadas unidades de bombeiros com autonomia orgânica mas, sob a supervisão técnica do Serviço Nacional de Salvação Pública.

ARTIGO 12

(Regulamentos)

1. Compete ao Ministro do Interior, no prazo de sessenta dias contados da data da publicação do presente Decreto-Lei, aprovar:

- a) O Regulamento Interno e o Organigrama do SENSAP;
- b) O Regulamento Disciplinar do Pessoal do SENSAP;
- c) O Regulamento Geral dos Corpos de Bombeiros;
- d) E de mais regulamentação.

2. Compete, ainda, ao Ministro do Interior, no prazo referido no número anterior, propor a aprovação do Quadro do Pessoal do SENSAP, nos termos da Lei.

ARTIGO 13

(Extinção)

1. É extinto o Serviço Nacional de Bombeiros.
2. Os meios humanos, financeiros e os demais meios patrimoniais afectos a instituição referida no n.º 1 do presente artigo, transitam para o Serviço Nacional de Salvação Pública.

ARTIGO 14

(Norma revogatória)

São revogados todas as disposições legais anteriores contrárias ao disposto no presente Decreto-Lei.

ARTIGO 15

(Entrada em vigor)

O Presente Decreto-Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 17 de Março de 2009.

Publique-se

O Presidente da República. — ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

Preço — 10,00MT

IMPrensa Nacional de Moçambique